

Informativo nº G04003

S. Paulo, 13 de fevereiro de 2003.

Ref.: Críticas sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;

Jabaquara – Cidade Livre

Para: Assessorias de imprensa e comunidade em geral;

Irresponsabilidade Social

"Mais de 10.000 empresas acionam o governo contra o salário-educação, que vai para livros, reformas de salas. E ainda usam o selo Amigo da Criança." (Paulo Renato de Souza – Ministro da Educação do Governo FHC)

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo presidente Lula, apresenta os mesmos vícios de diversos conselhos criados a partir da Constituição Federal de 1988: ignoram completamente que o controle social do Poder Público deve ser feito pela sociedade civil, a qual não se confunde com as corporações (sindicatos, autarquias, órgãos de classe, entidades pias, fundações, partidos políticos, etc.)

Enquanto o Fórum Econômico Mundial (Davos, Suíça) teve como tema principal a discussão de mecanismo de proteção dos cidadãos (e investidores) contra as grandes corporações que fraudaram seus balanços e causaram enormes prejuízos, o Fórum Social Mundial (Porto Alegre/Rio Grande do Sul, Brasil) apresentou, aos perplexos participantes, um modelo petista que exclui a sociedade civil dos conselhos, optando pela indicação de "notáveis" representantes de corporações nacionais e multinacionais para os Conselhos do Governo que deliberam as políticas públicas. (Parece que "a torta de creme" ainda não foi assimilada).

Vejam alguns destaques da composição do Conselho (Classificação segundo o jornal O Estado de S. Paulo, 13/02/2003): 29 Empresários e integrantes do sistema financeiro, 13 Associações patronais, 18 Sindicatos e entidades corporativas, 04 Religiosos, 08 Acadêmicos, 03 Profissionais liberais, 02 Representantes do Congresso, 11 Representantes do governo, e 07 Ongs – Organizações Não Governamentais (sic).

Em relação a estes conselheiros, apresentamos os seguintes comentários:

1. Tem empresário, tanto da indústria quanto do sistema financeiro, com "problemas" com o Poder Judiciário;
2. Algumas destas empresas são campeãs de denúncias no Procom (Proteção ao Consumidor), e outras denúncias de desrespeito ao meio-ambiente;
3. Quantas destas empresas são financiadas pelo BNDES?
4. Várias pessoas estão ligadas a duas ou mais entidades ali representadas;
5. Sobre as ONG's (sic), destacamos:
 - a. O Sr. José Antonio Moroni – FNAS representa, de fato, o Conselho Nacional da Assistência Social, um órgão oficial do governo federal, o mesmo que está sendo investigado pelo Ministério Público por conceder certificados de filantropia a entidades que não cumpriam a legislação correspondente;
 - b. A Sra. Milu Vilela é presidente do Instituto Itaú Cultural, cujo "Conselho" conta com o Sr. Roberto Egydio Setubal (Presidente do Banco Itaú) e outras personalidades, muitas das quais são agentes públicos;
 - c. Em relação à entidade "Cives", identificamos que tem, entre seus "cordenadores executivos", o Sr. Oded Grajew (CIVES-SP), o qual também é Presidente da Diretoria do "Instituto Ethos";
 - d. Sobre o "Instituto Ethos", identificamos os seguintes membros do **Conselho Deliberativo**: José Luciano Duarte Penido (Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG), Sérgio Mindlin (Diretor Presidente da Fundação Telefônica), Antoninho Marmo Trevisan (Presidente da Trevisan Auditores e Consultores), Horácio Lafer Piva (Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo); **Conselho Consultivo**: Daniel Feffer (Diretor da Companhia Suzano), José Roberto Marinho (Vice-Presidente Executivo das Organizações Globo); Roberto Setúbal (Diretor presidente do Banco Itaú S.A. e Presidente do Conselho Diretor da FEBRABAN), Stephen Kanitz (Diretor da Kanitz & Associados), Domingos J. de Faria (Sócio-diretor da Arthur Andersen S/C).
 - e. A "Abong" é membro do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente – Conanda, órgão do governo federal que também permite que fundações, autarquias, corporações de agentes públicos, etc., usurpem as vagas da sociedade civil. Também costuma participar, como membro, do Conselho Nacional da Assistência Social;
 - f. O "Instituto Ayrton Senna" também não pode se confundir com "sociedade civil", pois trata-se de uma entidade que destina recursos particulares segundo interesse de uma única pessoa.
6. É importante destacar que este procedimento de esvaziar os conselhos deliberativos, legalmente constituídos, já foi aplicado no governo petista da capital paulista, onde a prefeita ignora por completo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), criado pela Lei Municipal 11.123/91 (baseado no artigo 89 da Lei Federal 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), preferindo entregar a política pública a um "Fórum Empresarial": Antoninho Marmo Trevisan - Trevisan Auditores e Consultores, Boris Tabacof - Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel), Daniel Feffer - Cia. Suzano de Papel e Celulose, Eugênio Staub - Gradiente, Guilherme Leal - Natura, Horácio Lafer Piva - Fiesp/Ciesp, José Mindlin, José Pessoa de Queiroz Bisneto - J.Pessoa Participação Ltda., Luiz Fernando Furlan - Grupo Sadia, Márcio Cipriano - Bradesco, Oded Grajew - Instituto Ethos, Paulo Cunha - Grupo Ultra, Pedro Moreira Salles - Unibanco, Ricardo Young - Yázigi Internexus, Roberto Civita - Grupo Abril, Roberto Setúbal - Itaú, Rui Falcão - Secretário de Governo, Vânia Ferro, Vivane Senna - Instituto Ayrton Senna.

Em vista de tudo o que foi apresentado, só nos resta finalizar destacando um texto do Sr. Oded Grajew (diretor-presidente do Instituto Ethos): "Por mais importante que seja investir na comunidade num país com tantas carências como o nosso, não adianta apenas ajudar uma obra social se a empresa trata mal seus funcionários, sonega impostos, joga lixo no rio, se mete em corrupção ou engana o consumidor. Todas as empresas denunciadas por escândalos da bolsa tinham projetos sociais. (...) A Enron ficou por três anos na lista das melhores empresas para se trabalhar, em 2000 recebeu seis prêmios ambientais, tinha políticas sobre mudanças climáticas e direitos humanos (publicado no jornal Valor Econômico de 03/09/2002).

Mauro A. Silva (Presidente) – "Contra os Abusos do Poder Público desde 13 de maio de 1995"

Fechar a Febem/SP. Diga não à tortura. – www.geocities.com/fecharfebem

